



Perfil Socioeconômico do Município de Alpestre/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

048 Oliveira, Gabriel Nunes de et al.
Perfil Socioeconômico do Município de Alpestre/RS: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Gabriel Nunes de Oliveira, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Nilson Luiz Costa, Enio Giotto, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.
38 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Oliveira, Gabriel Nunes de. II.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. III.Costa, Nilson Luiz. IV.Giotto,Enio. V.Silva,Saionara da. VI.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.
Av. do Comércio, n.618 – 2º andar – Centro
CEP.: 98360-000 / Rodeio Bonito - RS





Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Sérgio Luiz Triches
Gustavo Pereira Fortes
Valéria Maria Zanatta Senger
Jocler Moresco
Walmor Liberalesso
Leocácio Gallo Paloschi
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC



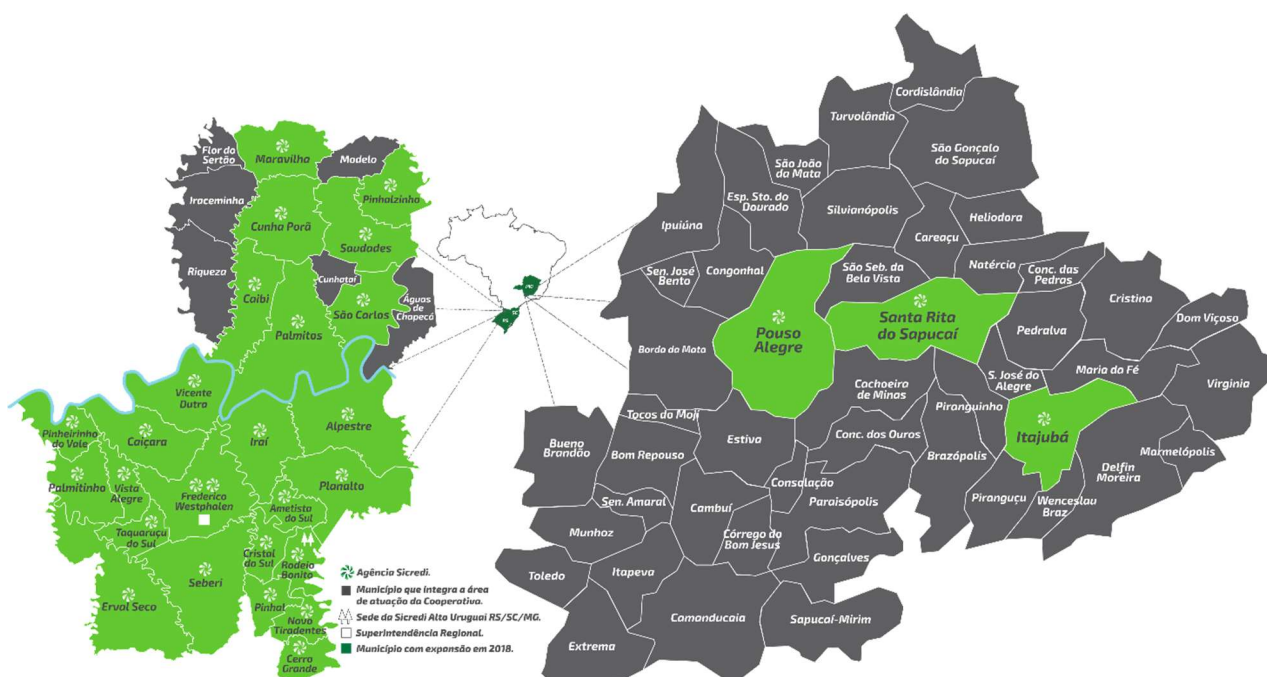
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ALPESTRE	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Alpestre.....	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da Produção Agropecuária.....	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	24
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação.....	24
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	26
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	27
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	28
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento.....	30
3. AÇÕES POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi realizado através de entrevistas e reuniões com pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Alpestre/RS** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentada uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ALPESTRE

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Alpestre/RS (2019), o município está localizado no Extremo Norte do Estado do Rio Grande do Sul, a uma distância de aproximadamente 430 Km da capital do Estado, Porto Alegre. Na localidade de Porto Santa Lúcia, no Talvegue do Rio Uruguai encontra-se o Marco do Extremo Norte gaúcho, que delimita o ponto mais setentrional do estado do Rio Grande do Sul. Limita-se ao Norte com o Estado de Santa Catarina, ao Sul com o município de Planalto/RS, a Leste com o município de Rio dos Índios/RS e a Oeste com o município de Iraí/RS.

Em 1963, pela Lei nº 4688, de 26 de dezembro de 1963, foi criado o Município de Alpestre, com 322,2 Km quadrados desmembrando-se do Município de Iraí. A primeira administração foi instalada em 13 de abril de 1964.

O Município conta com um clima predominante subtropical e está instalado a uma média de altitude de 308 metros, porém, em pontos mais altos no interior, a altitude chega aos 400 metros acima do nível do mar. Quanto a localização geográfica, Alpestre está a 53°00'08" a oeste do Meridiano de Greenwich, (longitude oeste) e 27°14'19", ao sul do Trópico de Capricórnio, (latitude sul). É o município mais Setentrional do Rio Grande do Sul.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu por várias origens étnicas, com o maior número de habitantes da etnia polonesa, seguida dos italianos, alemães e luso-brasileiros (Prefeitura Municipal de Alpestre/RS, 2019).

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	1033	25%	1178	30%	2211	28%
Rural	3096	75%	2720	70%	5816	72%
Total	4129	100%	3898	100%	8027	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Neste ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 6.258 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 8.027 habitantes. Conforme é possível observar, cerca de 72% da população de Alpestre vive na zona rural, fato que reforça os traços agrícolas do município.

Deste contingente, cerca de 20% tem até 14 anos, 21% de 15 a 29 anos, 42% de 30 a 59 anos e 17% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	885	21,43	750	19,24	1635	20%
15-29 anos	901	21,82	790	20,27	1691	21%
30-59 anos	1707	41,34	1640	42,07	3347	42%
60 ou mais	636	15,40	718	18,42	1354	17%
Totais	4.129	100,00	3.898	100,00	8.027	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Alpestre

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

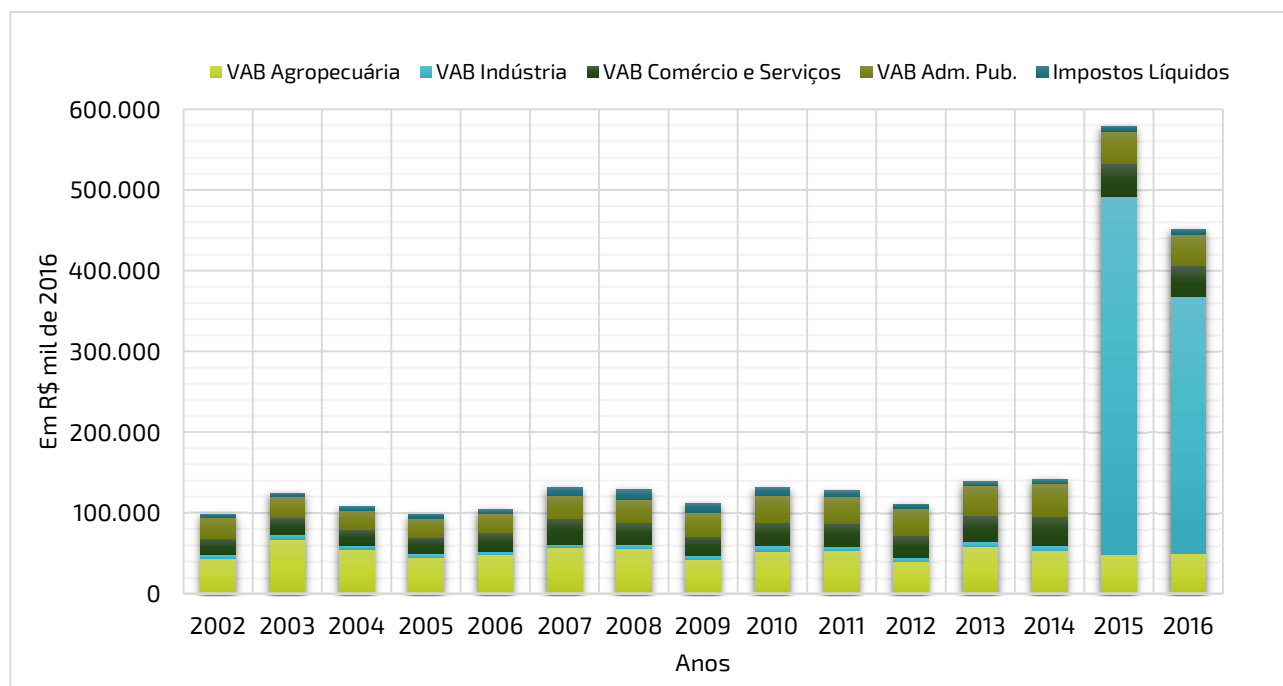
Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2014, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 98,1 milhões para R\$ 141,3 milhões. Neste período, a agropecuária e a administração pública se constituíam como os setores com maior capacidade de geração de riquezas.

A partir de 2015, com o segmento de geração de energia elétrica redimensionou o PIB municipal, que em 2016 alcançou R\$ 451,5 milhões e tornou o segmento industrial no responsável por gerar 70% da riqueza em Alpestre (Figura 2).

Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

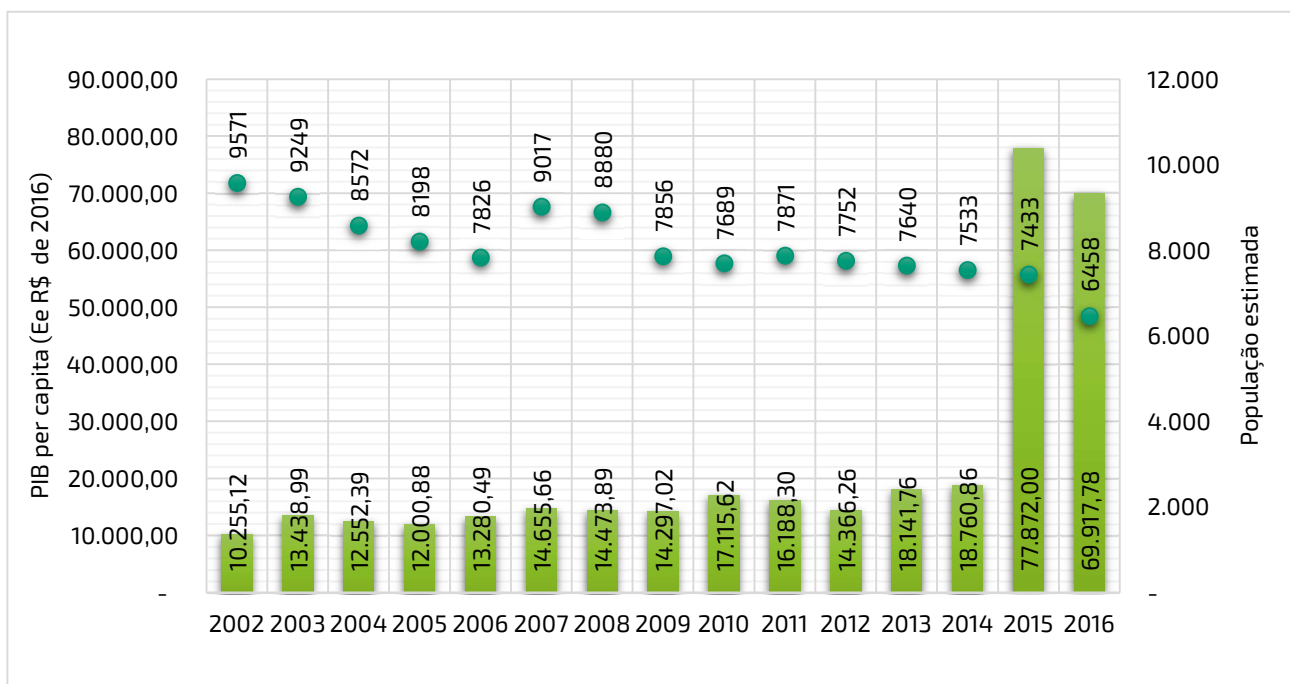
² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

Do início do período analisado (2002) até 2014, o PIB per capita real evoluiu R\$ 10.255,12 para R\$ 18.760,86 (Figura 3).

Com a implantação da Usina Foz do Chapecó, o PIB per capita passou para R\$ 77.872,00 em 2015 e após apresentou queda de 10,21% em 2016, chegando a R\$ 69.917,78. Mesmo com o grande crescimento do segmento de energia elétrica permite, os demais setores da atividade econômica do município parecem seguir um comportamento de crescimento vegetativo e nos últimos anos mostrou tendência de redução no número de empresas.

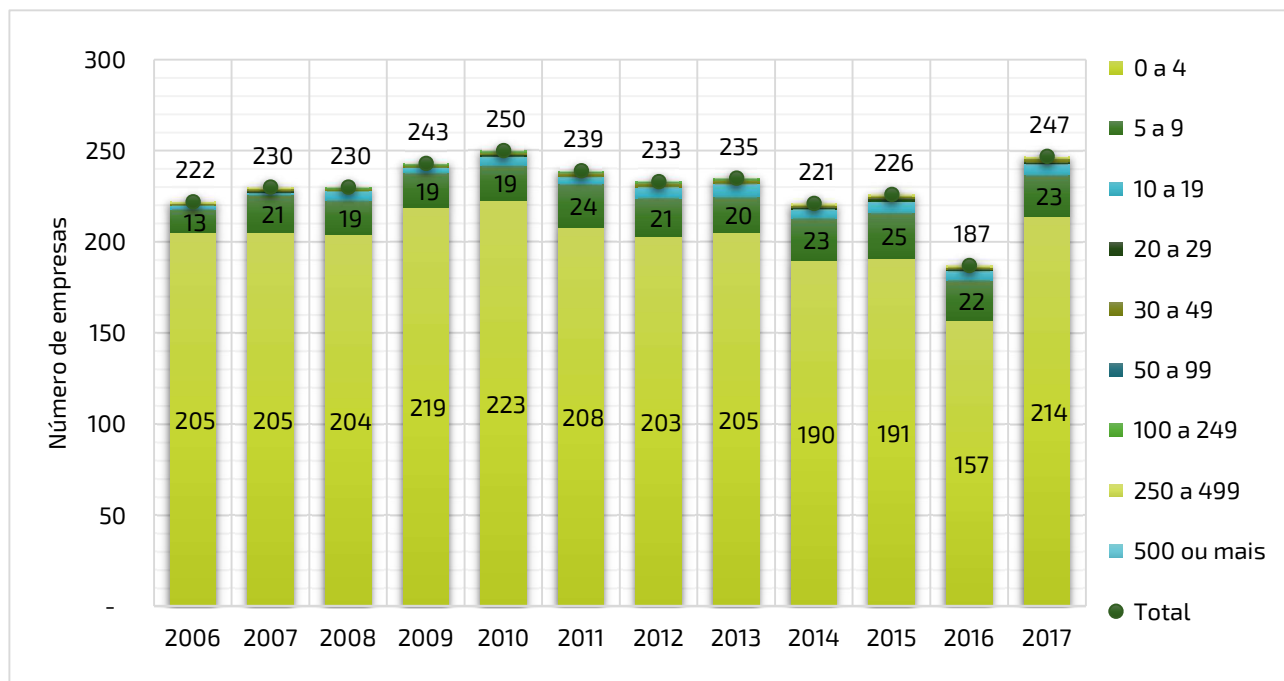
Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

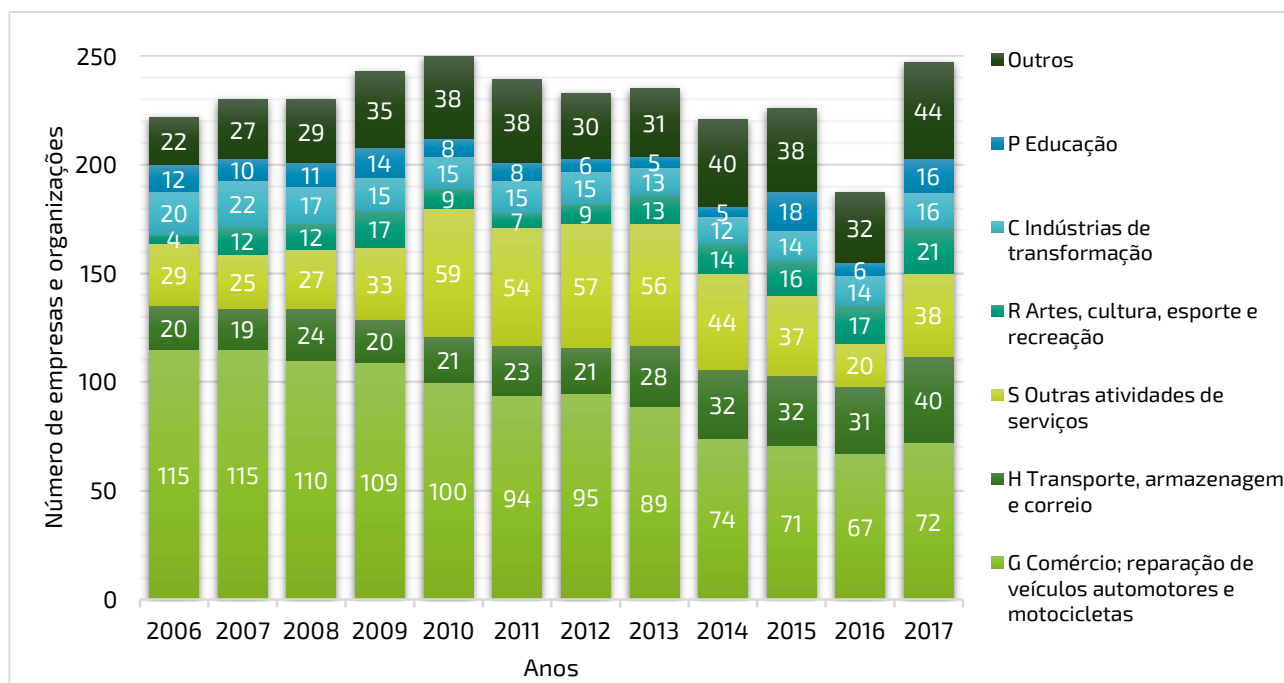
A atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 87% das empresas do município. Em 2017, somente 33 empresas empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 23 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 4.

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apresenta-se na Figura 5 a evolução no número de empresas de todos os segmentos da economia municipal.

O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas (72, equivalente a 29% do total), mas entre 2006 e 2017 é possível observar uma redução significativa neste setor. Por outro lado, observou-se crescimento no número de empresas no segmento de transporte e armazenagem.

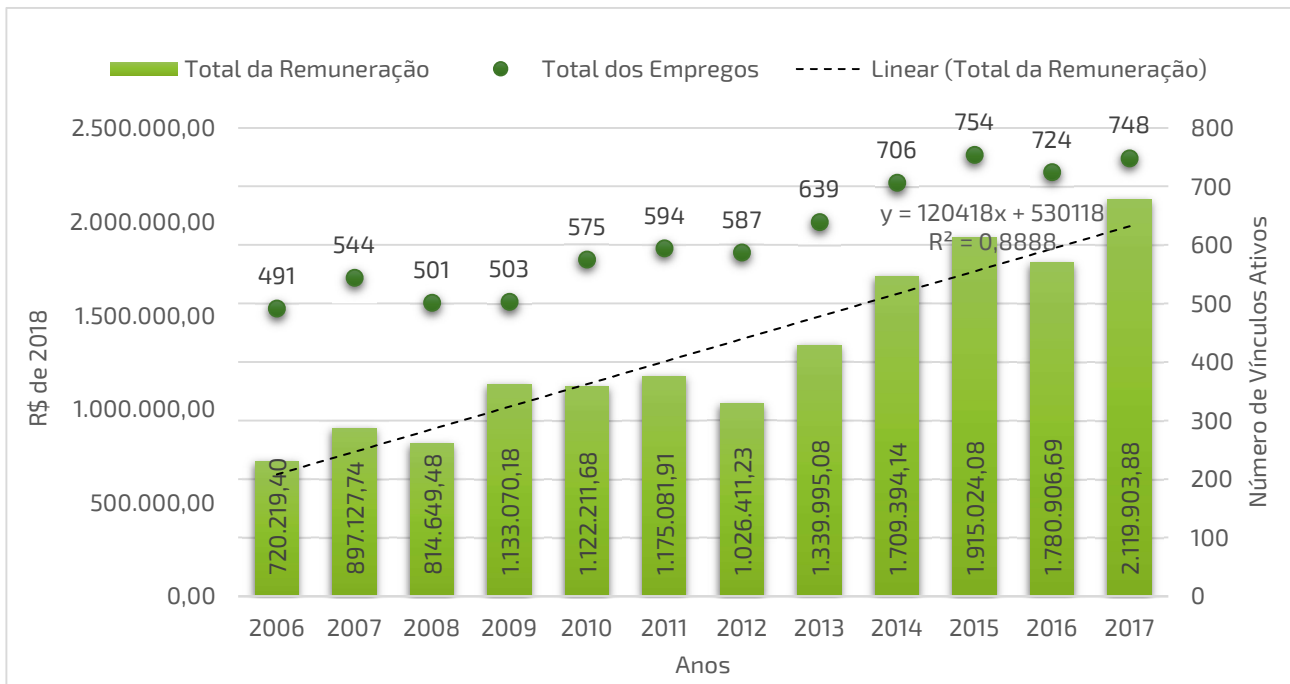
O grupo "R", que representa a cultura e os esportes, vem experimentando um incremento desde 2012, representando 21,9% do total de empresas em 2017.

Portanto, observa-se que, apesar do crescimento de alguns segmentos, principalmente transportes, cultura e esportes, em linhas gerais, até o ano de 2016 foi possível observar uma clara tendência de redução no número de empresas, que somente foi interrompida com o crescimento de 32% entre 2016 e 2017.

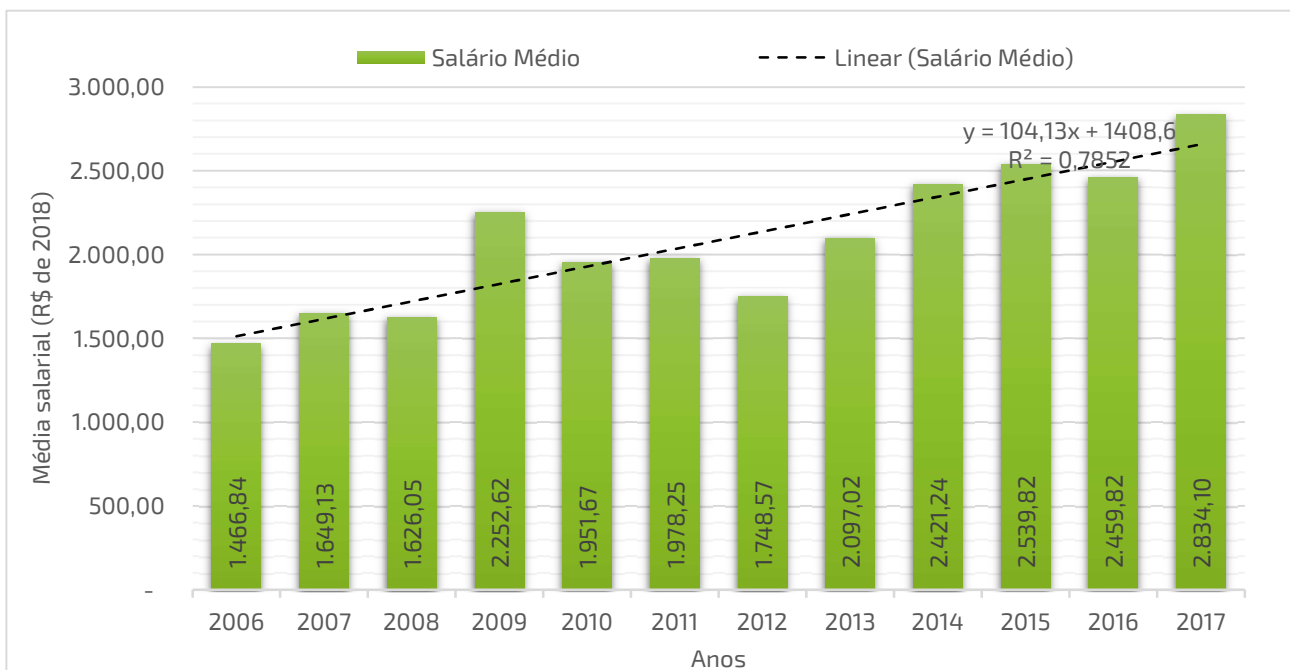
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem experimentado um crescente no número de empregos e da massa salarial, partindo de 491 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 720 mil/mês em 2006 para 748 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 2,1 milhões/mês em 2017.

Figura 6. Número de Empregos Formais e Remuneração (em R\$ de 2018): 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

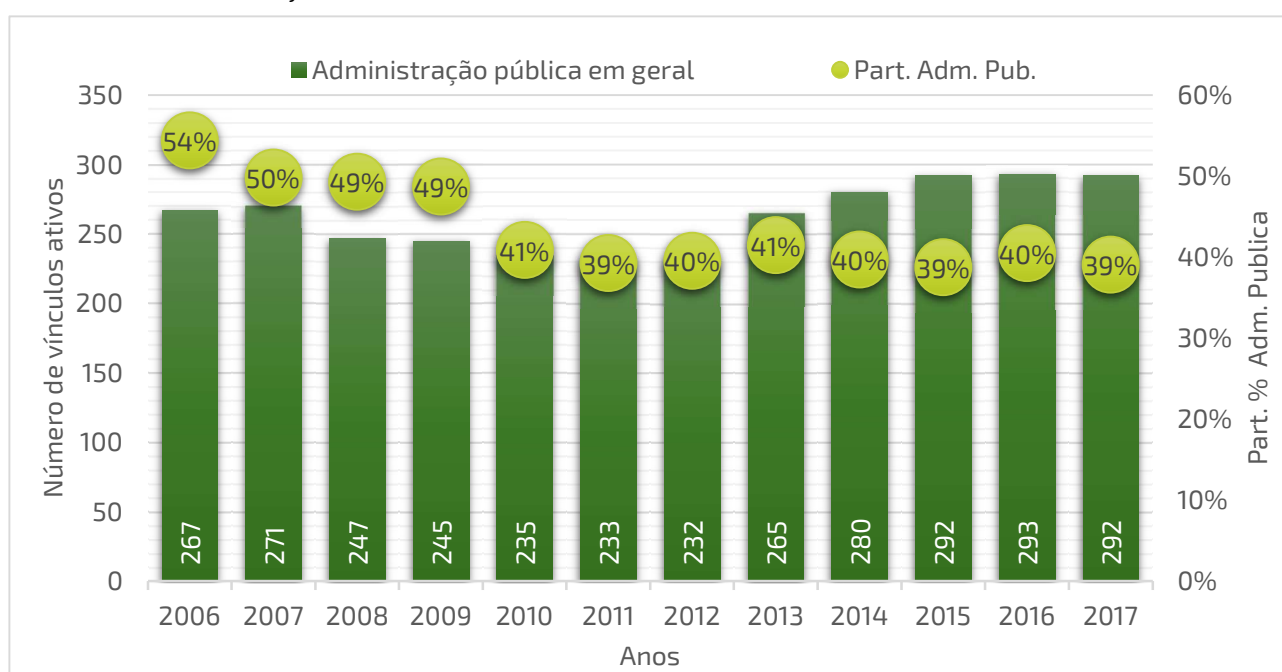
Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 7 demonstra-se a remuneração média desses postos de trabalho. Observa-se um crescimento de R\$ 1.466,84 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.834,10 em 2017. Isso representou uma valorização de 93,15% nos salários médios praticados no município.

Na Figura 8 é possível observar a participação dos postos de trabalho do setor público na economia do município. A partir de 2012, a oferta de postos de trabalho no setor público aumentou, no entanto, a sua participação na oferta total de postos de trabalho diminuiu, oscilando de 41% a 39%, dado o aumento da oferta de postos de trabalho pelo setor privado, que cresceu 21,93%, de 374 para 456 postos de trabalho.

Figura 8. Número de Empregos da Administração Pública em Geral e Participação Percentual em relação ao total: 2006 a 2017

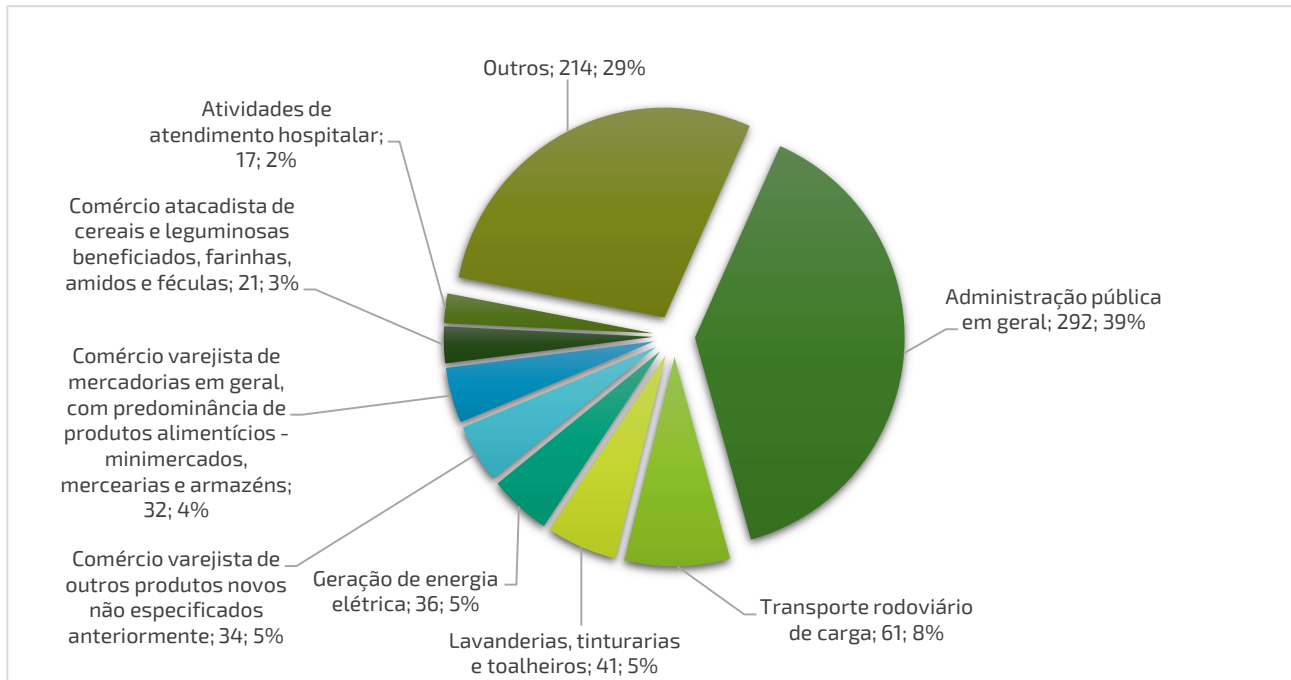


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Com o objetivo de aprimorar a caracterização do total de empregos formais gerados em 2017, apresenta-se a Figura 9, onde é possível verificar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica no município em que cerca de 39% dos postos de trabalho

estão vinculados a Administração Pública em Geral⁴, que compreende as atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo.

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Por fim, destaca-se que entre 2006 e 2017 foi possível identificar a geração de 257 novos postos de trabalho, sendo 53 atribuídos ao setor de transporte rodoviário de cargas, 41 ao segmento de lavanderias, tinturarias e toalheiros, 36 à geração de energia elétrica, 33 ao comércio varejista e 25 na administração pública em geral.

2.2.3. Análise da evolução da Produção Agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades. Cerca de 89,53% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal⁵ e concentram cerca de 68,27% da área. 8,96% dos estabelecimentos possuem área

⁴ Código CNAE 84.11-6

⁵ Um módulo fiscal em Alpestre equivale a 20 hectares

que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 21,09% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 99,4% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 93,3% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	2019	17.048,54	89,53	68,27
1-2	202	5.265,54	8,96	21,09
2-3	21	981,28	0,93	3,93
3-4	6	411,81	0,27	1,65
4-5	2	180,68	0,09	0,72
5-6	1	102,93	0,04	0,41
6-7	1	129,49	0,04	0,52
7-8	1	159,71	0,04	0,64
8-9	0	-	-	-
9-10	0	-	-	-
10-11	2	690,54	0,09	2,77
	2255	24.970,52	100	100

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

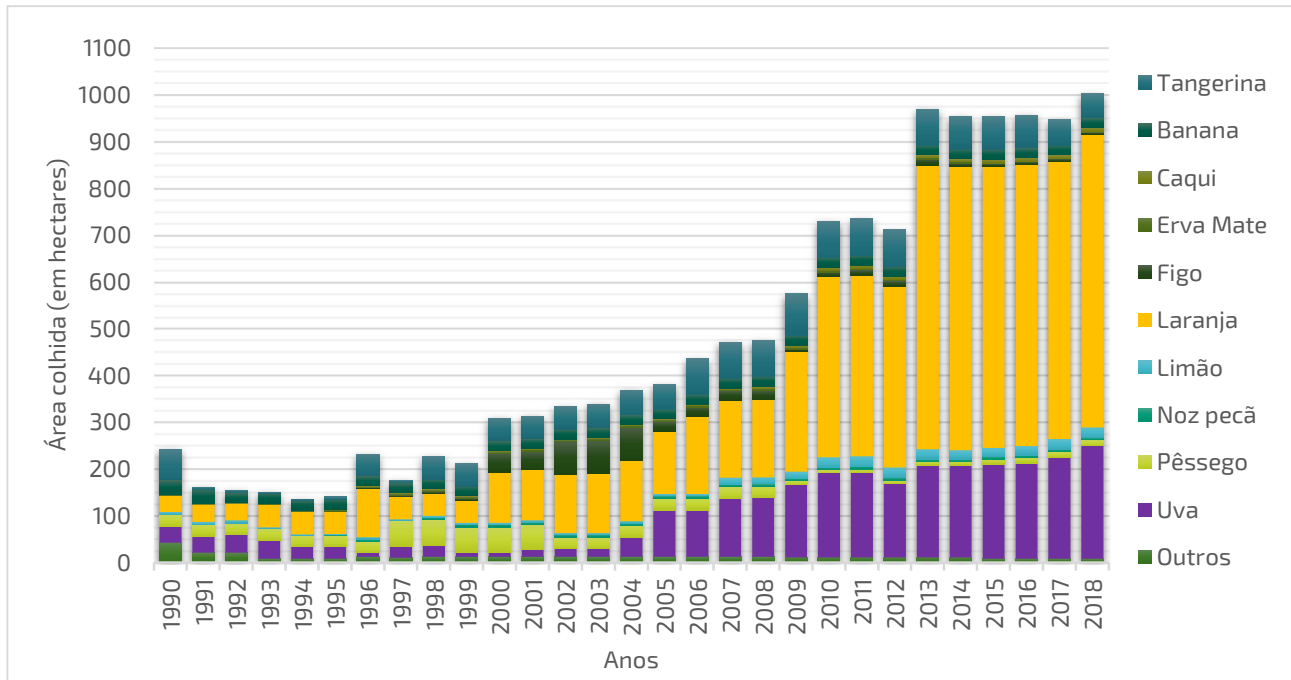
Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 1.280 hectares para culturas perenes e 6.398 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente variou de 242 para 1002 hectares no período 1990 – 2018. No mesmo período, as principais cultivares de lavoura temporária alcançaram uma área plantada de 6119 hectares.

Nas lavouras perenes observa-se a relevância das culturas de citros, onde a predominância é da laranja, com área de 626 hectares em 2018 e evolução de 1638% na área cultivada no período 1990 - 2018. A segunda cultura perene, em área, é a uva, que ocupa cerca de 242 hectares e cresceu cerca de 591% entre 1990 e 2018. A terceira cultura mais relevante é a tangerina, que teve a área colhida reduzida de 78 hectares 2012 para

51 hectares em 2018. A Figura 10 permite observar a evolução global do segmento de produção das culturas perenes no município.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

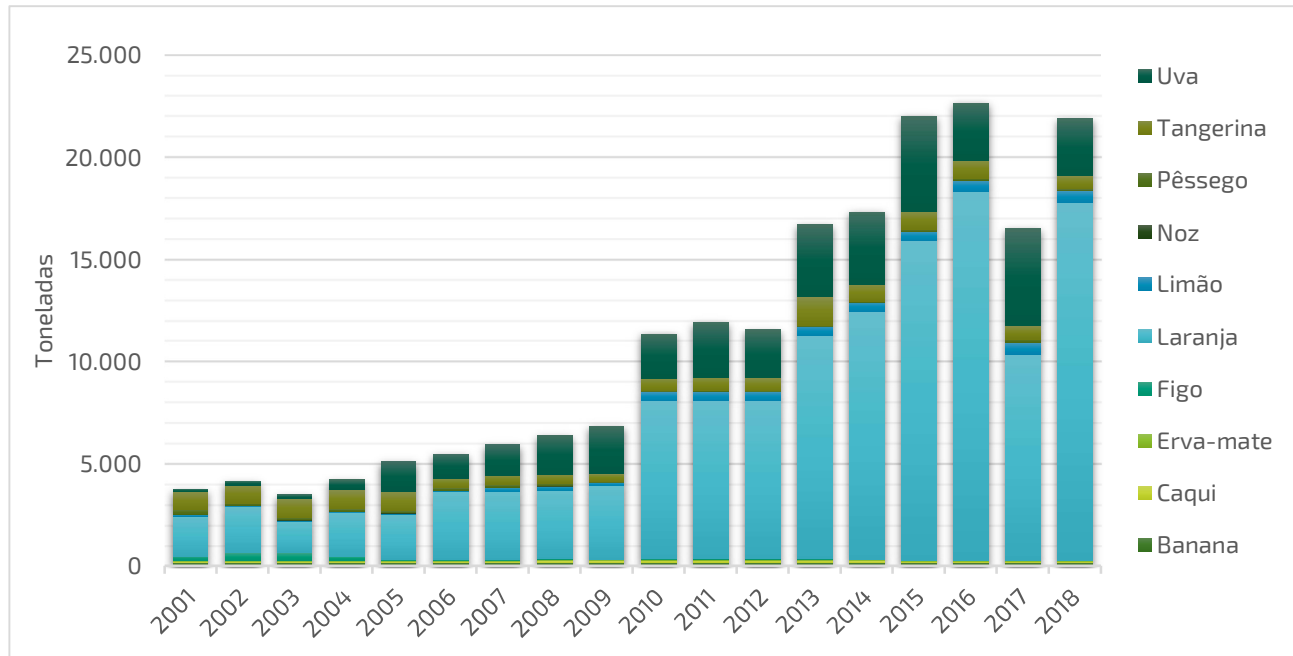
Em 2018, a produção de laranja alcançou cerca de 17,53 mil toneladas e a produtividade foi de aproximadamente 28 toneladas por hectare, 40% acima da produtividade verificada na cultura na região do Alto Uruguai (RS). Já, a produção de uva foi de 2,78 mil toneladas, o que representa uma produtividade de 11,50 toneladas por hectare, frente a produtividade média do RS que é de 20 toneladas por hectare. A terceira maior produção da lavoura permanente foi a de tangerina, que chegou a 638 toneladas.

A Figura 11 também permite observar a evolução global da produção, o forte crescimento do segmento a partir do ano de 2001, a queda em 2017 e a retomada em 2018.

As culturas da laranja e da uva são as que apresentam maior valor comercializado, com uma trajetória de crescimento, principalmente a partir de 2004. No caso da laranja, observou-se que o valor da produção alcançou cerca de R\$ 6,9 milhões em 2018. Por outro lado, o valor da produção da uva alcançou R\$ 4,176 milhões em 2018, mas observa-se uma

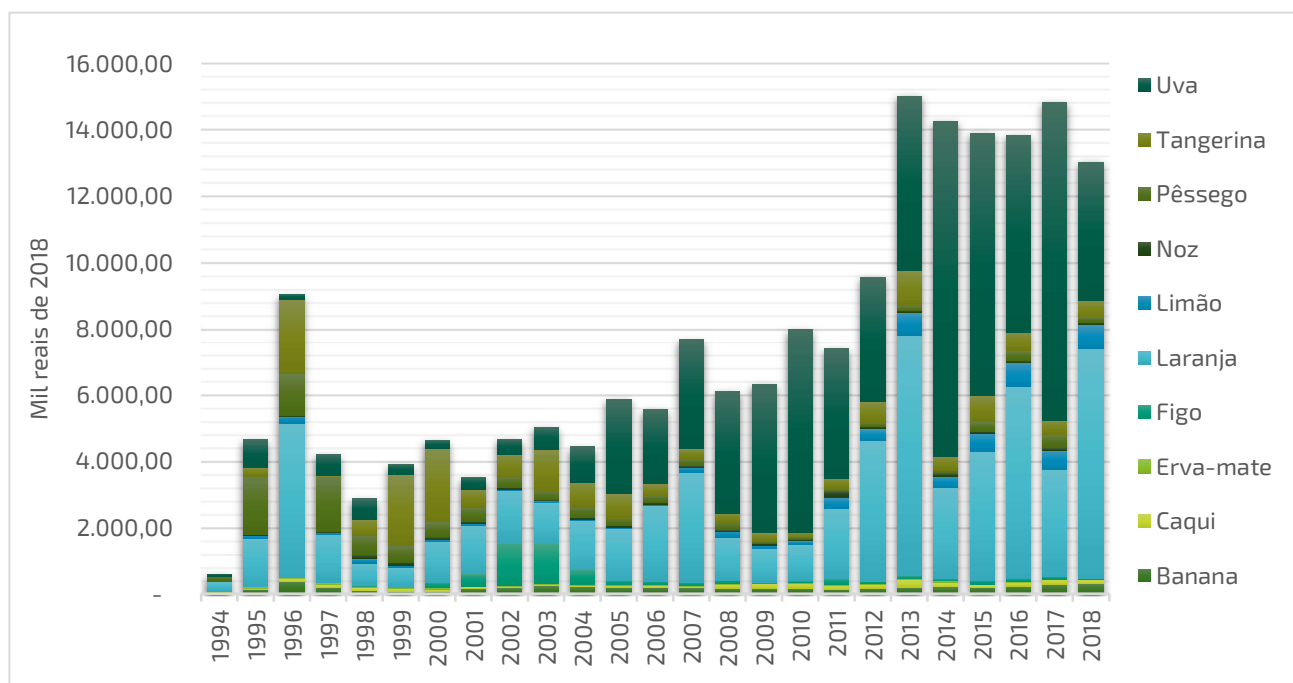
forte retração em relação a 2017, período em que o valor da produção chegou a R\$ 9,6 milhões.

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente: 2001 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 12. Valor da Produção da Lavoura Permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



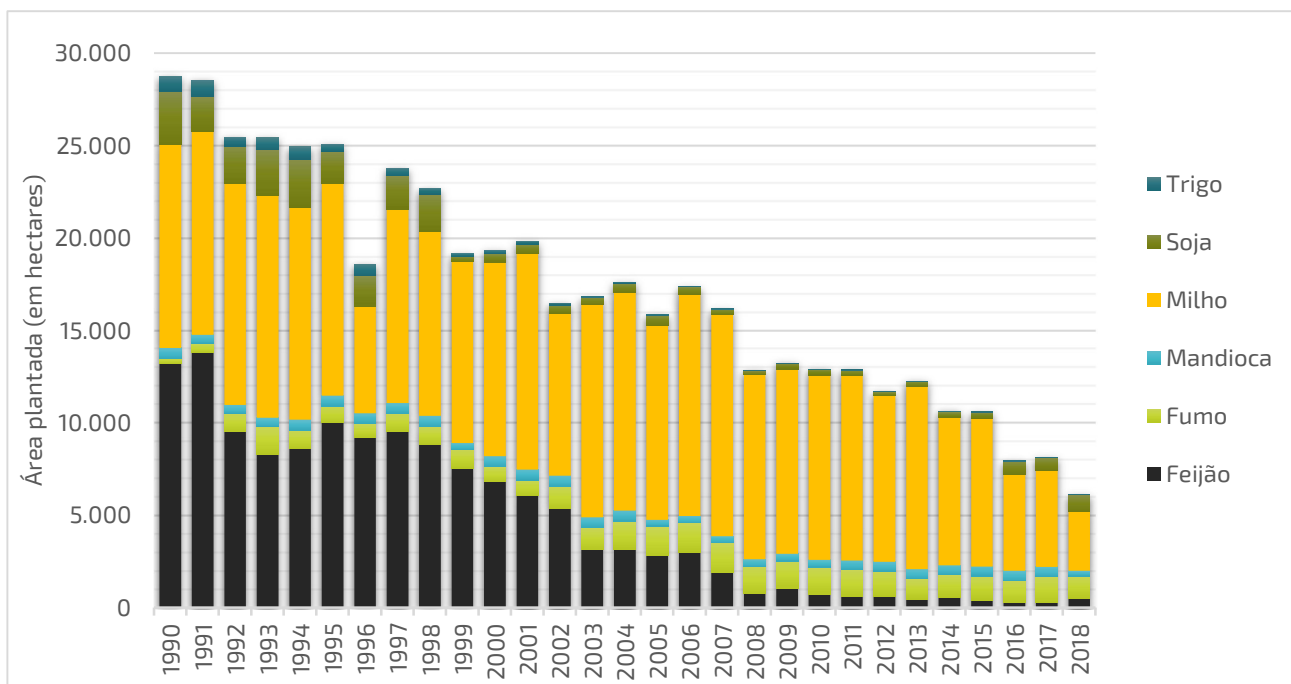
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apesar de menos expressivas, as culturas da tangerina e limão têm apresentado um crescimento mais significativo a partir de 2012/2013, conforme é possível observar na Figura 12.

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar, através da Figura 13, que o milho, o fumo e a soja se constituem como as principais culturas por apresentarem as maiores áreas plantadas.

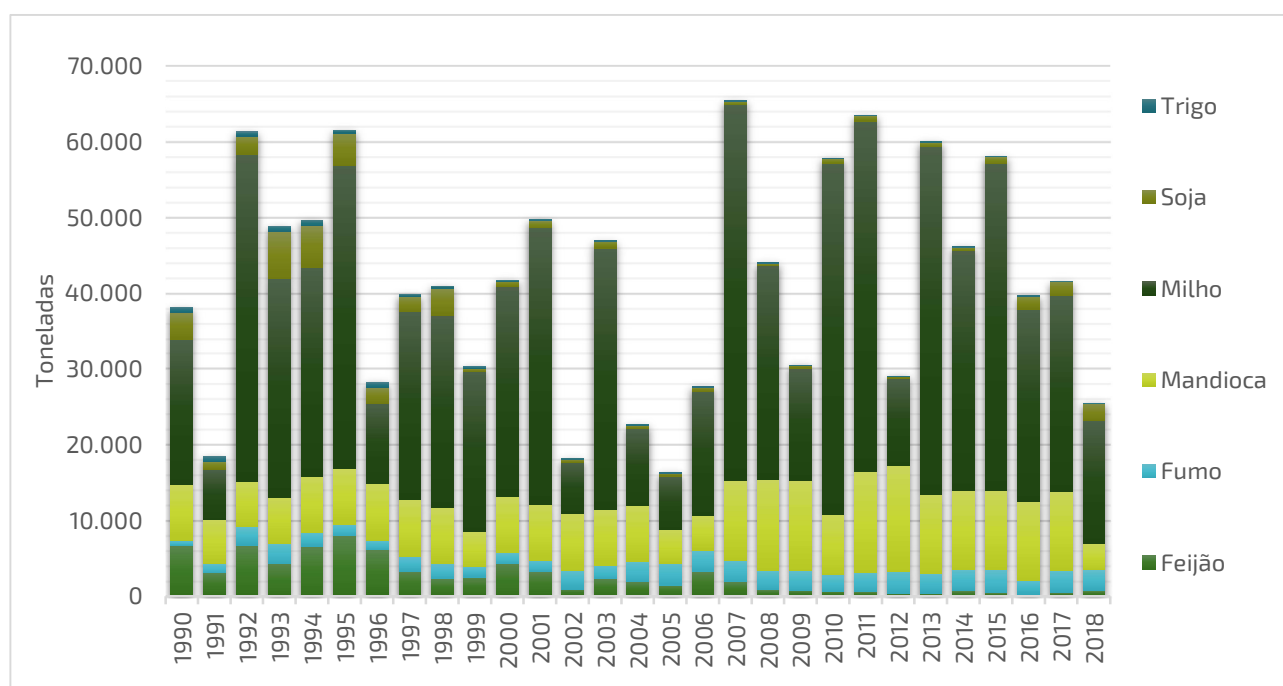
É perceptível a tendência de redução das áreas plantadas, com exceção da cultura do fumo, que cresceu de 280 hectares em 1990 para 1.200 hectares em 2018 o que representou um acréscimo de 328,57%. A área plantada de feijão foi reduzida em 96,21% nos últimos 18 anos. No mesmo período, a área de milho foi reduzida em 70,91%.

Figura 13. Área Plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Na Figura 14 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção de milho (que varia de 7 mil a 49 mil toneladas) e de mandioca (3,5 mil a 14 mil toneladas).

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 - 2018

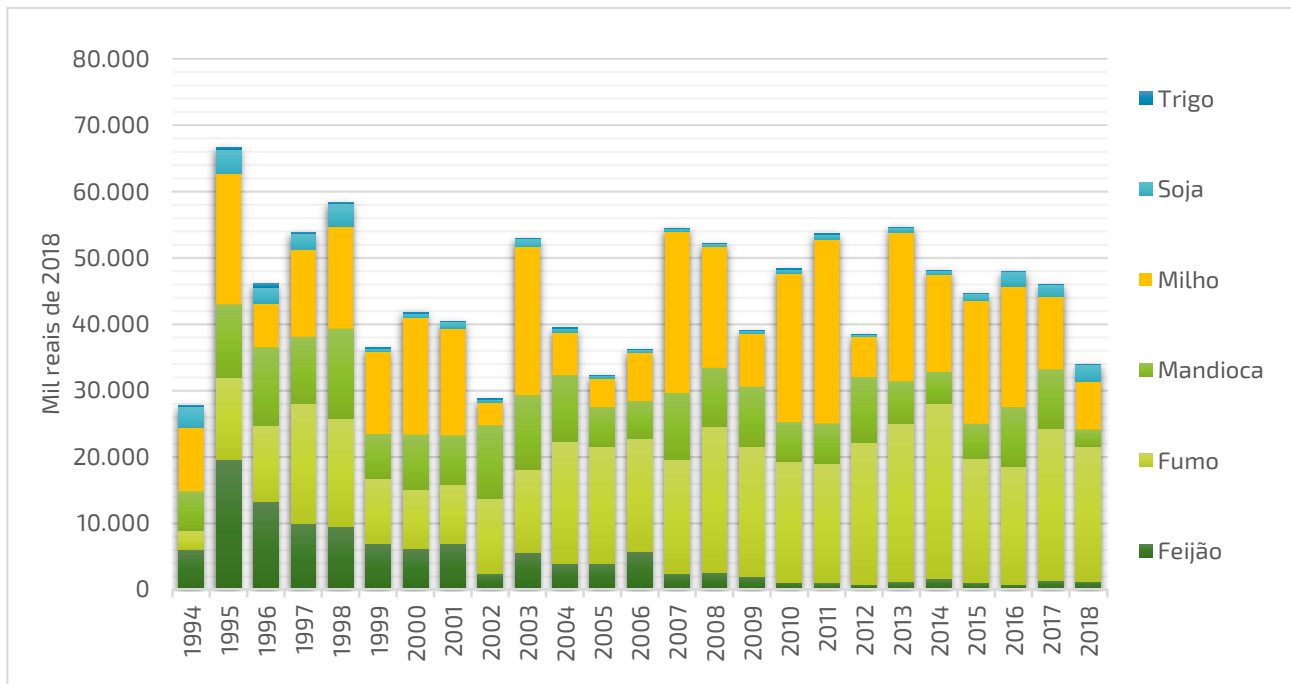
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Feijão, milho, soja e trigo, tiveram suas produtividades aumentadas de 1990 a 2018 em 507 kg para 1,42 t/ha; 1,74 para 2,45 t/ha; 1,2 para 2,46 t/ha; e 900 kg para 2,71 t/ha respectivamente.

A produtividade do fumo apresentou significativas oscilações. Já a produtividade da mandioca apresentou estabilidade entre os anos de 1990 e 2006, um significativo crescimento entre 2007 e 2009 (30 mil quilos) e um paulatino decréscimo de 2010 até 2018, quando chega a 12 mil quilos por hectare.

Em termos reais⁶, é possível observar a partir da Figura 15, que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 66,7 milhões em 1995 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 34 milhões. Neste período, a redução na produção de feijão foi responsável pela retração de cerca de R\$ 19 milhões.

⁶ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Figura 15. Valor da Produção da Lavoura Temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2018, a cultura do fumo foi a que alcançou o maior valor comercializado, fechando o ano de 2018 em R\$ 20,3 milhões. A segunda cultura temporária em termos de valor da produção foi o milho, que fechou 2018 em R\$ 7,3 milhões.

Em seguida, a mandioca (R\$ 2,6 milhões) e a soja (R\$ 2,5 milhões) constituem o mosaico da renda da lavoura temporária no município.

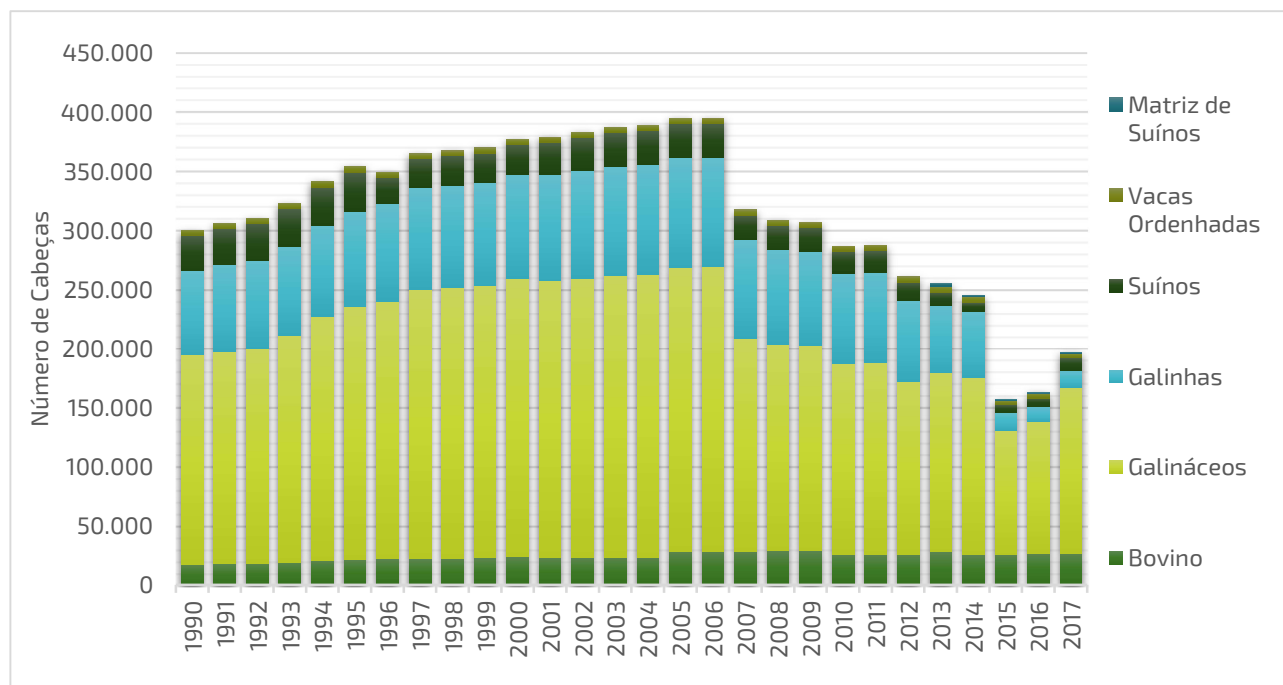
Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, na Figura 16 observa-se uma tendência de crescimento dos rebanhos entre 1990 e 2006. Neste aspecto, a evolução do rebanho de galináceos⁷ apresentou um decréscimo de 26,82% ao longo do período de 1990 a 2017, passando de 177,5 mil cabeças para 140 mil. Já na categoria galinhas⁸, ocorreu uma redução de 79,63%, passando de 71,2 mil animais no ano de 1990 para 14,5 mil em 2017. O rebanho bovino apresentou um

⁷ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

⁸ Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

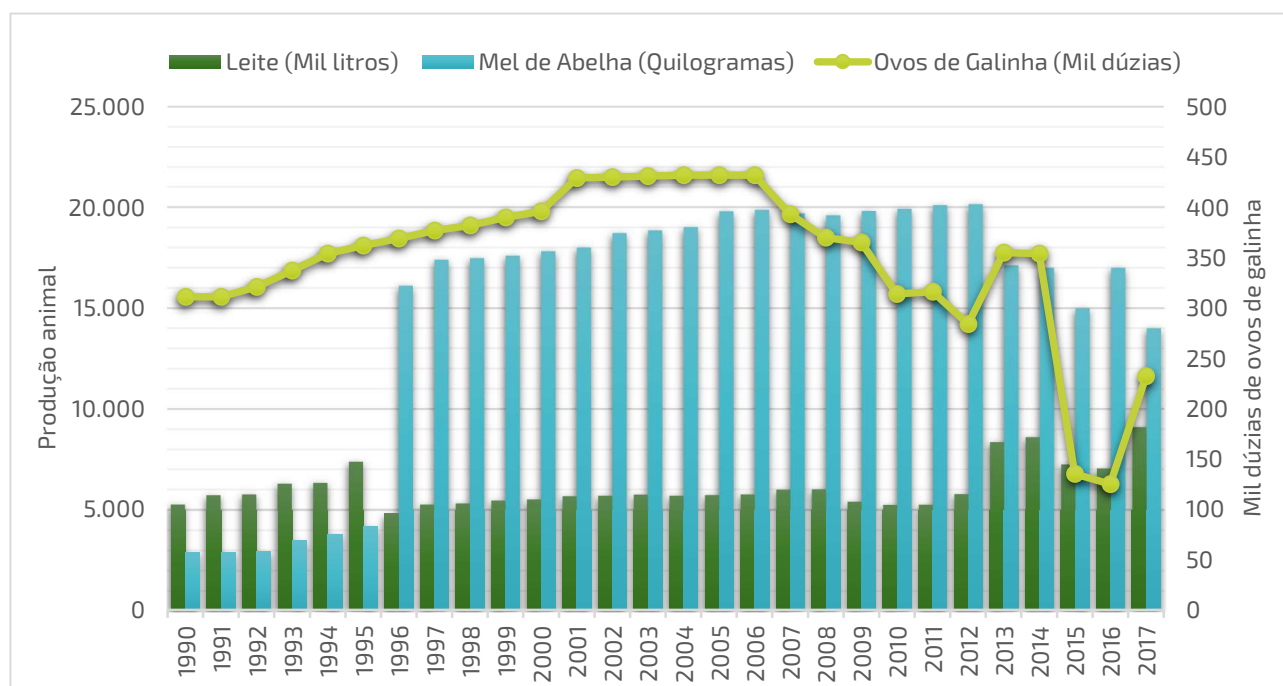
crescimento de 55,61% no período analisado, passando de 17,3 mil para 26,9 mil cabeças, respectivamente.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A partir da Figura 17 é possível observar que em 1990 a produção leiteira comercial no município alcançou 5,3 milhões de litros de leite e uma produtividade de 4 litros/vaca/dia ordenhada.

Em 2017 a produção foi de 9,1 milhões, com produtividade de 8 litros/vaca/dia ordenhada. Apesar desta variação de 100% na produtividade, o segmento fica abaixo da média do estado, que é de 12,6 litros/vaca/dia⁹.

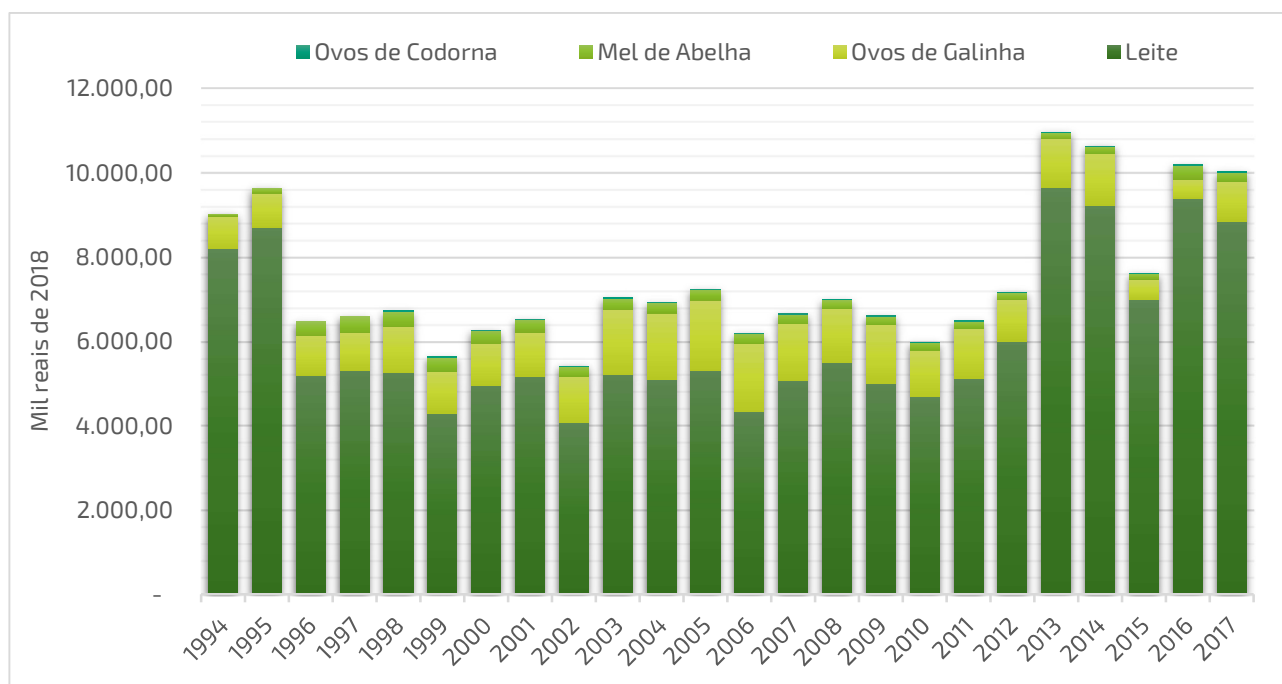
A produção de mel de mel no município foi incrementada a partir de 1996, quando alcançou um volume de 16,1 mil quilos frente aos 4,1 mil quilos de 1995. Essa produção tem experimentado aumentos significativos, mas o desempenho produtivo do período 2012 - 2017 parece mostrar uma tendência de redução na produção.

A produção de ovos também tem diminuído, passando de 423 mil dúzias em 2006 para 125 mil em 2016 e 232 mil em 2017.

Apesar da baixa produtividade do rebanho leiteiro, esta ainda é a atividade de maior impacto no valor da produção animal. Apresenta uma trajetória de crescimento a partir de 2006, quando o valor da produção sai de R\$ 2,13 milhões para chegar em 2018 no patamar de R\$ 8,281 milhões.

Por sua vez, o valor da produção de ovos reduziu de R\$ 1,6 milhões para R\$ 942 mil entre 2006 e 2018. Já, o valor real da produção de mel, passou de R\$ 51,6 mil em 1994 para R\$ 224,3 mil em 2017, conforme é possível verificar na Figura 18.

⁹<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animais/bovinos-de-leite.php#.Xc2lC69v-M8>

Figura 18. Valor da Produção Animal (Mil Reais de 2018): 1994 – 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apesar da tendência produtiva de baixa para muitos produtos agropecuários, o valor da produção evoluiu de R\$ 37 milhões para R\$ 71 milhões entre 1994 e 2017, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

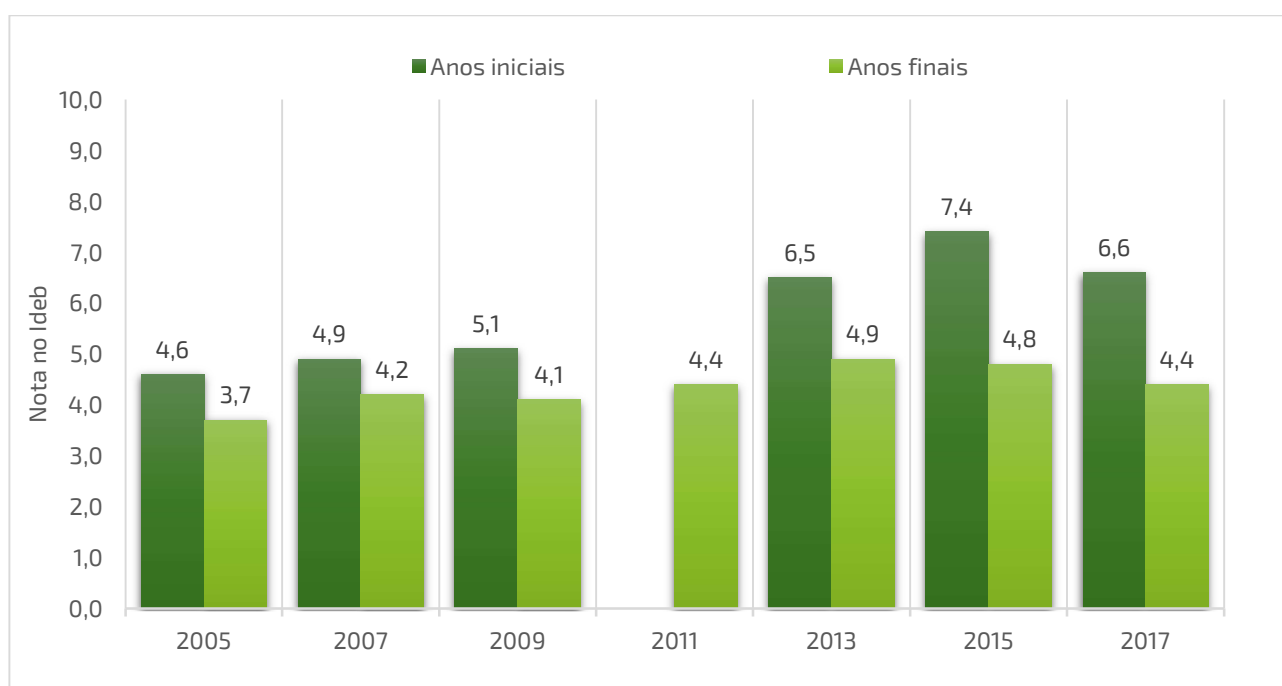
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] foi de 98,1%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 798 matrículas no ensino fundamental e 216 no ensino

médio. Em 2018, cerca de 60 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 27 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 10 escolas no ensino fundamental e 2 escolas no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹⁰ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19. Neste sentido, pode-se perceber que a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente até 2015, momento em que atingiu a nota 7,4, mas caiu para 6,6 em 2017.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Alpestre/RS: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

¹⁰ Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e considerado como um dos principais indicadores para aferir a qualidade da educação e permitir o estabelecimento de metas. Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

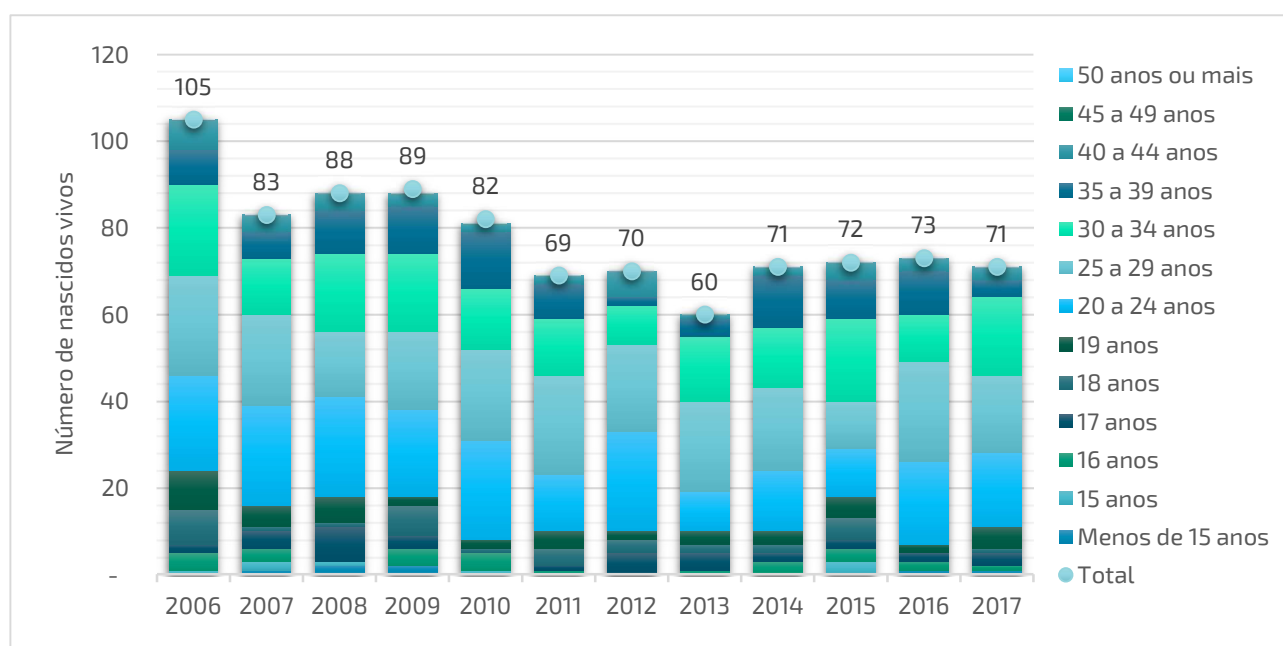
Em relação aos anos finais da educação, nos anos de 2013 e 2015, foram encontrados os índices mais altos (4,9 e 4,8 respectivamente), mas em 2017 o desempenho dos alunos do município foi inferior, com nota equivalente a 4,4.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma clara tendência de redução no número de nascimentos de crianças, partindo de 105 nascidos vivos em 2006 para 71 em 2017.

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Alpestre/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2017 foram registrados cinco partos em mães com menos de 18 anos, entre as quais, uma com menos de 15 anos. Apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados três partos de mães com mais de quarenta anos.

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que "A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 13.89 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 5.6 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 497 e 34 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 610 de 5.570, respectivamente" (IBGE, 2019).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

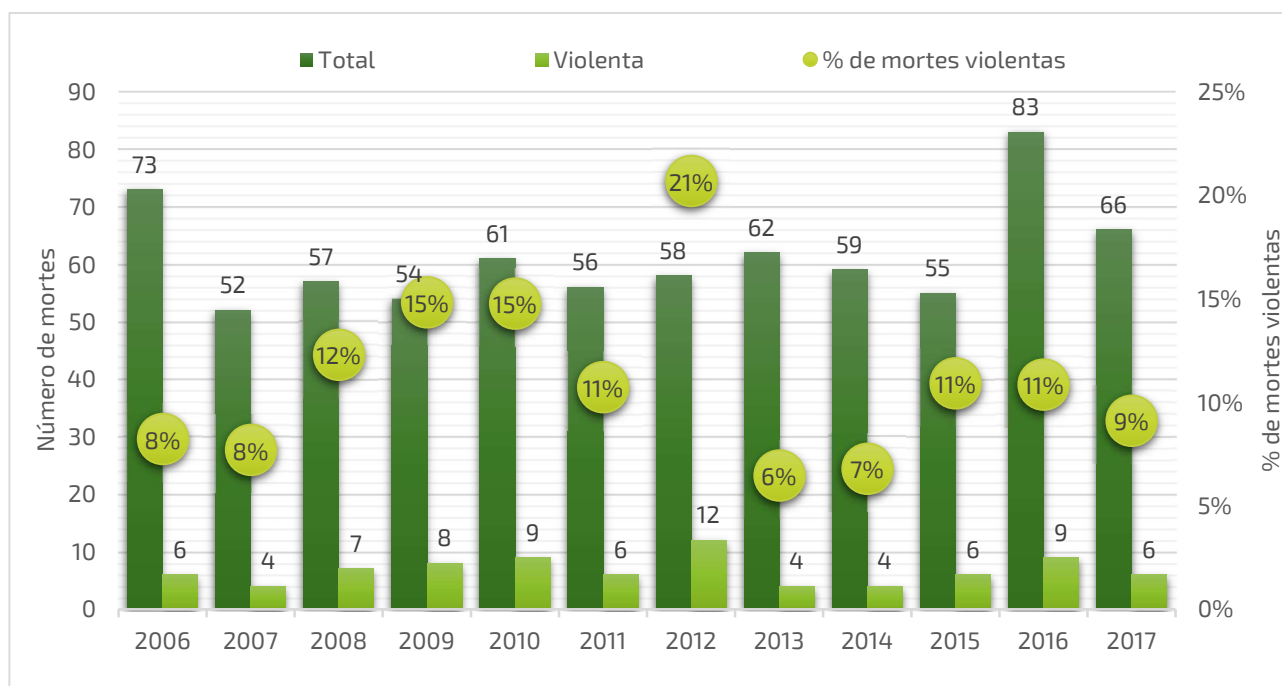
Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito.

Neste contexto, o número de mortes violentas variou de 8% para 9% entre 2006 e 2017, sendo que em 2012 chegou a alcançar 21%.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2009 com 54 mortes, porém 15% destas foram de forma violenta.

O ano de 2012 foi o que apresentou a maior taxa de mortes violentas, 21% (12 de um total de 58 mortes), demonstrando um vetor importante de violência. Entretanto, a partir de então, os indicadores ficaram mais próximos da média, que se aproxima dos 11%.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 736 óbitos, dos quais 81 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Alpestre/RS: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 11% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

"O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes" (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

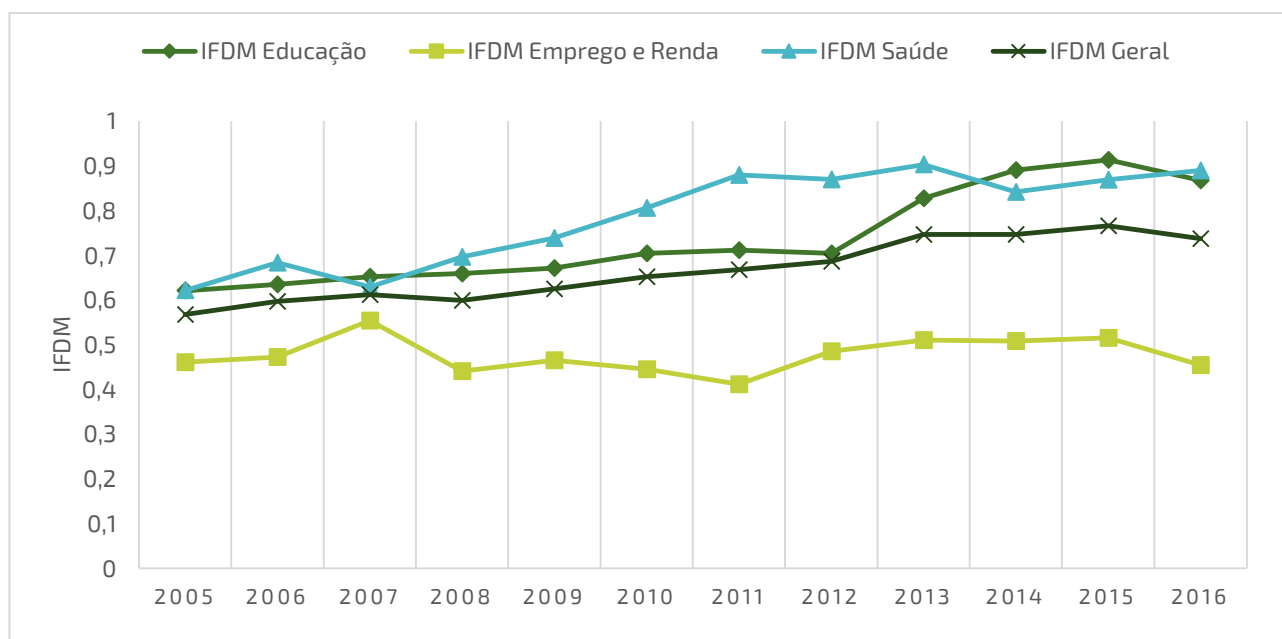
Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016.

Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que o município teve um crescimento do emprego e renda no ano de 2006 para 2007 e veio caindo até 2011, experimentou uma leve recuperação em 2012 e 2014, voltando a cair entre 2015 e 2016. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Figura 22. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: 2005 - 2016

Fonte: FIRJAN (2019).

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existe muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que o município de Alpestre possui "17% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 75,5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 33% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 412 de 497, 313 de 497 e 127 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3849 de 5570, 2736 de 5570 e 1064 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	32.874,90	
Número de imóveis rurais	2.256	
Área total dos imóveis rurais	32.321,97	98,32
Área média:	14,33	
Área mínima/máxima:	0,14 / 7.351,44	
APP	3.123,77	9,66
APP - Recomposição	128,20	0,4
Reserva Legal	4.139,13	12,81
Vegetação Nativa	4.568,76	14,14
Servidão Administrativa	7.523,74	23,28
Área Consolidada	19.278,33	59,64
Banhados	2,26	0,01
Número de Nascentes	447,00	0
Uso Restrito	0,82	0
Hidrografia	1.332,82	4,12
Topo de Morro	1	0
Áreas: Não Declarada - Outras	552,93	1,68

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 32,9 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 32,3 mil hectares, conforme é possível observar na Tabela 4. Destes, cerca de 9,66% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 12,8% como Reserva Legal e 59,64% como Área Consolidada.

Os dados permitem observar que dos 2,26 mil imóveis rurais, 1,4 mil declarou ter APP (cerca de 64%). Em 20 propriedades rurais (1%) foram declarados banhados, 399 (18%) propriedades declaram nascentes de olho d'água.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA²	% IR com EA³	% IR sem EA⁴
APP	1.438	3.252	818	64	36
Área Consolidada	2.166	19.278	90	96	4
Banhado	20	2	2.236	1	99
Hidrografia	1.267	1.199	989	56	44
Nascente olho d'água	399	-	1.857	18	82
Reserva Legal	1.923	4.139	333	85	15
Servidão Administrativa	1.144	7.524	1.112	51	49
Uso Restrito	2	1	2.254	0	100
Vegetação Nativa	1.994	4.569	262	88	12
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR - ALPESTRE					
Número Total de I.R.:	2.256	32.321,97			
Área Total do Município:		32.874,90			
% Área declarada/Área Município:		98,32			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. AÇÕES POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O presente estudo se constitui como basilar para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para prospectar alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. Não há desenvolvimento sem formação de excedentes.
2. Pensar o desenvolvimento implica pensar a dinâmica de produção e produtividade na região.
3. O perfil e a estrutura do sistema produtivo local e sua aderência ao mercado regional, nacional e global são aspectos importantes para o desenvolvimento.
4. A utilização e valorização de recursos locais e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os atores locais podem liderar o processo de mudança estrutural.
6. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação são importantes, assim como a cultura empreendedora, as instituições, as redes, a ação cooperada e o crédito.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d) empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o

compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

As atividades potenciais apresentadas no Quadro 2, resultam da percepção das pessoas e entidades, quanto as possibilidades de empreendimentos, empreendimentos pretendidos por empreendedores ou em fase de implantação.

As pessoas e entidades caracterizam-se pelo alto grau de envolvimento no município, seja no campo dos negócios, político, social ou religioso. Essa posição ocupada garante um conhecimento da realidade que não constam nas bases de dados secundárias, pois decorrem do contato diário com os fatos que se materializam no âmbito da sociedade municipal.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPESTRE (RS). Prefeitura. **Histórico do Município de Alpestre, RS**. 2019. Disponível em: <https://www.alpestre.rs.gov.br/municipio>. Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão o Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.